

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.223.936 - RS (2010/0213644-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : ROSANE AMARO LOPES E OUTROS
ADVOGADO : MÍRIAM LÚCIA KULCZYNSKI FORSTER - RS022619
EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
PROCURADOR : ADRIANA BARZOTTO RISPOLI E OUTRO(S) - RS048762

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Rosane Amaro Lopes e outros contra decisão de e-STJ, fls. 233-234, que não conheceu do recurso especial por ausência de prequestionamento dos arts. 467 e 474 do CPC/1973.

Os embargantes salientam, em síntese, que a decisão foi omissa ao não levar em consideração que o recurso especial veiculou alegação de ofensa também aos arts. 183 e 473 do CPC/1973.

Aduzem, outrossim, erro material, sob o argumento de que "houve manifestação do v. acórdão recorrido sobre os dispositivos legais em questão, tendo sido emitido juízo de valor quanto à aplicação ou não deles ao caso concreto" (e-STJ, fl. 238).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 244-246.

É o relatório.

Assiste razão aos embargantes quando sustentam omissão na decisão recorrida.

Da análise das razões recursais, observa-se que, de fato, houve alegação de ofensa aos arts. 183 e 473 do CPC/1973, dispositivos que não foram apreciados na decisão combatida.

Ademais, o acórdão impugnado manifestou-se acerca da tese de ocorrência de preclusão e coisa julgada, acarretando no prequestionamento, ainda que implícito, dos dispositivos apontados como violados.

Assim, superado o óbice da ausência de prequestionamento, passo à análise das razões recursais.

A controvérsia posta nos autos é saber se a decisão que acolhe pedido de limitação da condenação à reestruturação da carreira, mesmo depois do trânsito em julgado dos embargos à execução, nos quais a matéria poderia ter sido suscitada, ofende os institutos da coisa julgada e da preclusão.

O voto vencido proferido na origem relata bem a situação ocorrida (e-STJ, fl. 179):

A execução, em cujos autos restou proferida a decisão combatida, já foi objeto inclusive de embargos, onde pretendia a UFRGS ver reconhecidos os acordos firmados na via administrativa e, em decorrência, extinta a referida execução.

Em que pese os embargos à execução terem sido julgados procedentes, em

Superior Tribunal de Justiça

sede de recurso especial o e. STJ decidiu que como os acordos foram firmados em data anterior à MP 2.169/01, para serem reconhecidos necessária a sua homologação judicial.

Todavia, a fim de evitar o *bis in idem*, determinou o Superior Tribunal de Justiça que fossem excluídos do cálculo os valores comprovadamente pagos pela Administração. Esta decisão transitou em julgado, conforme certificado por aquele Tribunal em 14/08/2008.

Portanto, resta apenas cumprir o determinado, pois qualquer outra discussão acerca de limitações temporais ou eventuais compensações estaria preclusa, já que esgotada a via recursal.

Assim, entendo ser inviável nesta fase processual querer limitar o pagamento do reajuste de 28,86% a junho de 2001, em decorrência da MP nº 2.150/01, sob pena de afronta à coisa julgada.

No entanto, o acórdão recorrido, por maioria, negou provimento ao agravo de instrumento, sob o argumento de que não haveria lei obrigando a Fazenda Pública a efetuar pagamento em dobro.

Confira-se (e-STJ, fl. 173):

Ocorre que se depreende, dos elementos acostados aos autos, a existência de questões suscitadas em momento anterior à decisão agravada e pendentes de análise pelo Juízo *a quo*. É o que se vê das petições cujas cópias foram acostadas às fls. 93/96 deste processo.

Assim, do exame realizado na estreita via do agravo de instrumento, não verifico a alegada ofensa à coisa julgada, na medida em que não há lei que imponha à Fazenda Pública o dever de efetuar pagamento em dobro de verba oriunda de condenação judicial.

Por este motivo, entendo que não há qualquer violação ao disposto nos artigos 183 e 474 do CPC.

Diante desse contexto, evidencia-se a violação dos dispositivos legais apontados, notadamente dos arts. 473 e 474 do CPC/1973. Isso porque a limitação da condenação à edição da MP 2.150/2001 deveria ter sido alegada nos embargos à execução, não suscitada em mera petição após a coisa julgada formada na referida ação.

A situação se assemelha, com as devidas adaptações, à tese firmada no REsp 1.235.513/AL, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), pela qual a compensação somente pode ser alegada posteriormente ao trânsito em julgado se não pôde ser levantada no processo de conhecimento, na hipótese, os embargos à execução.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL. DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. ÍNDICE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTE

ESPECÍFICO DA CATEGORIA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. ALEGAÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO QUE NÃO PREVÊ QUALQUER LIMITAÇÃO AO ÍNDICE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. ARTS. 474 E 741, VI, DO CPC.

1. As Leis 8.622/93 e 8.627/93 instituíram uma revisão geral de remuneração, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, no patamar médio de 28,86%, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, com base no princípio da isonomia, decidiu que este índice deveria ser estendido a todos os servidores públicos federais, tanto civis como militares.

2. Algumas categorias de servidores públicos federais também foram contempladas com reajustes específicos nesses diplomas legais, como ocorreu com os docentes do ensino superior. Em razão disso, a Suprema Corte decidiu que esses aumentos deveriam ser compensados, no âmbito de execução, com o índice de 28,86%.

3. Tratando-se de processo de conhecimento, é devida a compensação do índice de 28,86% com os reajustes concedidos por essas leis. Entretanto, transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral do índice de 28,86%, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de embargos, a compensação com tais reajustes, sob pena de ofender-se a coisa julgada. Precedentes das duas Turmas do Supremo Tribunal Federal.

4. Não ofende a coisa julgada, todavia, a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o esgotamento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso.

5. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: "Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre (...) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença".

6. No caso em exame, tanto o reajuste geral de 28,86% como o aumento específico da categoria do magistério superior originaram-se das mesmas Leis 8.622/93 e 8.627/93, portanto, anteriores à sentença exequenda. Desse modo, a compensação poderia ter sido alegada pela autarquia recorrida no processo de conhecimento.

7. Não arguida, oportunamente, a matéria de defesa, incide o disposto no art. 474 do CPC, reputando-se "deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido".

8. Portanto, deve ser reformado o aresto recorrido por violação da coisa julgada, vedando-se a compensação do índice de 28,86% com reajuste específico da categoria previsto nas Leis 8.622/93 e 8.627/93, por absoluta ausência de previsão no título judicial exequendo.

Superior Tribunal de Justiça

9. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ n.º 08/2008.

(REsp 1.235.513/AL, Rel. Min. CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/6/2012, DJe 20/8/2012)

Ainda nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. LIMITAÇÃO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Não há falar em violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia.

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não ofende a coisa julgada a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo. Precedente: AgInt nos EREsp 1.297.200/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 22/8/2018.

3. Em hipóteses semelhantes, também versando acerca da execução oriunda da Ação Coletiva 97.0004375-4, esta Corte firmou a compreensão de que a pretensa compensação não poderia ter sido suscitada durante o processo cognitivo, visto que a apelação do INSS foi julgada em 15/2/2000 e o recurso extraordinário foi interposto em 23/08/2001, de modo que a Lei n. 10.355/2001 "constitui fato superveniente passível de ser alegado nos embargos à execução, para fins de limitação temporal do pagamento do reajuste de 28,86%" (AgInt nos EDv nos EREsp 1.517.232/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe 3/8/2018). Em igual sentido: EREsp 1.264.500/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 17/12/2018.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.578.294/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168 DESTA CORTE SUPERIOR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

I - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que "Não ofende a coisa julgada, todavia, a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso" (REsp 1.235.513/AL, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 20/12/2012 -

Superior Tribunal de Justiça

sob o rito do art. 543-C do CPC).

II - Incidência, *in casu*, da súmula 168/STJ, que preconiza não caber "embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

III - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte.

Agravo Interno desprovido.

(AgInt nos EREsp 1.483.415/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/5/2019, DJe 27/5/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reconhecer a omissão da decisão recorrida e dar provimento ao recurso especial a fim de afastar a limitação da obrigação de pagar o reajuste de 28,86% ao advento da MP 2.150/2001.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator